

Imigrantes e operários de origem italiana em São Paulo e em Minas da Primeira República ao Estado Novo

Edilene Toledo (UNIFESP)

A difusão das ideias anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionárias no nosso país, a partir do fim do século XIX, foi particularmente favorecida pelas correntes migratórias, em especial de italianos. Os imigrantes trazidos sobretudo para suprir as necessidades de mão de obra dos fazendeiros de café, acabaram em grande parte se deslocando para centros urbanos como São Paulo (capital ou interior), Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e tantos outros, e se inseriram no mercado de trabalho como operários de fábrica, trabalhadores de olarias, pedreiros, sapateiros, padeiros, condutores de bonde e tantos outros ofícios urbanos. Vários desses trabalhadores já haviam participado de lutas políticas em seus países de origem.

Na cidade, encontraram também militantes que tinham fugido de seus países por causa de sua atuação política. Muitos trouxeram consigo as ideias do anarquismo, especialmente os italianos, muitos dos quais tinham sido seduzidos pelas ideias de Bakunin e Malatesta, do socialismo, inspirado sobretudo em Marx, e do sindicalismo revolucionário, que nasceu não como teoria, e sim de uma prática sindical, mas que tinha também um teórico importante, o francês Georges Sorel. Muitos operários viram na adesão a esses movimentos uma possibilidade efetiva de transformação de si mesmos e da sociedade em que viviam. Embora os militantes fossem uma minoria, estavam em contato constante com as bases, e os trabalhadores em geral demonstravam receptividade às ideias e práticas que pudessem contribuir para o melhoramento da sua vida cotidiana e que apontassem para uma emancipação futura.

As ideias anarquistas, socialistas e sindicalistas penetraram no Brasil de vários modos: livros, folhetos e jornais chegavam de navios vindos da Europa, pelo porto do Rio ou de Santos e de lá circulavam pelo país, atingindo até as pequenas cidades, como a que foi cenário da interessante experiência libertária do farmacêutico-artista Avelino Foscolo a partir dos primeiros anos do século XX, em Tabuleiro Grande, hoje Paraopeba, interior do

Estado de Minas Gerais, apresentada em estudo de Regina Horta Duarte ¹. A literatura anarquista passava livremente de país para país e as obras dos anarquistas russos Bakunin e Kropotkin e do italiano Errico Malatesta, versões integrais ou simplificadas de *O Capital*, de Marx, e textos em defesa do sindicalismo revolucionário eram traduzidos para muitas línguas, possibilitando assim um grande intercâmbio de ideias e propaganda. A circulação de trabalhadores e militantes era, sem dúvida, outro importante agente da circulação das ideias.

O modo como as ideias e formas de organização desses movimentos circulavam também pelo interior do Estado de São Paulo é relatado de maneira muito interessante e rica de conteúdo nesta entrevista de Elvira Boni, militante importante do movimento sindical, especialmente na Liga das Costureiras a partir dos anos 1910, filha de italianos de Cremona:

Quando papai chegou a Espírito Santo do Pinhal, conheceu um casal espanhol que trabalhava em casa fazendo sapatos, artigos de couro. O nome dele era Francisco Carrillo. E conheceu também um italiano, Stefano Guacchi. Eles foram os responsáveis pelas ideias socialistas do meu pai. [...] Eles conversavam e já havia os jornais. Não me lembro se já existia *A Lanterna*, mas havia os jornais italianos. Então, toda noite eles sentavam lá e conversavam, discutiam esse negócio. Fundou-se em Pinhal o Círculo Socialista Dante Alighieri, e eles levaram o papai para lá. [...] Mamãe era muito católica. Mas aí, quando papai lia alguma coisa que rebatia a religião, chamava mamãe e mostrava. Ela dizia: “Isso é uma heresia! Não posso ouvir uma coisa dessas!” Mas papai foi muito bom marido, e acabou conquistando mamãe nesse sentido. Mamãe tornou-se herege também, mas sempre muito boa. O Círculo Socialista fazia conferências, reuniões [...] De vez em quando, saíam em passeata pela rua. No Primeiro de Maio saíam fazendo alvorada com a banda de música, tocando pela cidade inteira. E eu me divertia segurando a fita da bandeira do Círculo.

Esse trecho é revelador do fato que esses vários movimentos políticos de esquerda e suas ideias e práticas, como o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário, e depois também o comunismo, em vários países do mundo e também no Brasil, foram movimentos importantes no processo de auto-organização da classe trabalhadora. Esse processo de organização política alterou também as formas de agregação social, recreativas e culturais dos trabalhadores. A circulação das ideias anarquistas,

¹ DUARTE, Regina Horta. *A trajetória libertária de Avelino Foscolo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

socialistas e sindicalistas por meio de campanhas, comícios, a imprensa, as publicações, a organização do tempo livre e as formas autônomas de organização popular e proletária, que vão adaptando tradições religiosas e culturais, demonstram como foram numerosos os percursos e instrumentos que fizeram parte dessa politização das relações sociais.

Aqueles que se convertiam ao anarquismo ou que aderiam ao socialismo, ao sindicalismo revolucionário e ao comunismo, nas várias partes do mundo, reconheciam-se em um projeto internacional comum, embora, em cada país, os trabalhadores utilizassem a linguagem e a ação desses movimentos como resposta a seus problemas e preocupações concretos. Então essas ideias no Brasil não eram, de forma alguma, ideias fora do lugar, como queriam fazer crer as elites e o Estado.

Os problemas dos trabalhadores, em sua grande maioria imigrantes italianos, em São Paulo no período, eram, em grande medida, parecidos com os que afligiam os trabalhadores em várias partes do mundo: longas jornadas de trabalho que podiam chegar a 16 horas diárias, o conseqüente pouco descanso e lazer, habitações precárias, sobretudo cortiços, pois ainda não havia se iniciado o processo de favelização, problemas de transporte e infraestrutura, ausência de políticas sociais em caso de doença, gravidez e parto, invalidez, desemprego e morte, quando os trabalhadores e familiares em geral recorriam a sociedades de socorro mútuo ou sindicatos. Dessa política do Estado fazia parte também uma íntima colaboração dos empregadores na repressão que incluía violência, prisões arbitrárias e sem julgamento, invasão de sedes e residências, espancamentos, proibição de jornais e, ainda, a prisão em lugares inóspitos como a Clevelândia no Amapá, além das mortes em manifestações.

Os valores e comportamentos veiculados por esses movimentos foram capazes de questionar e desconstruir, ao menos parcialmente, hierarquias sociais consolidadas e uma cultura tradicional que pretendia condenar a maior parte dos trabalhadores a permanecer fora da política, institucional ou não. No contexto do Brasil da Primeira República, as reivindicações operárias, influenciadas em parte pelas ideias socialistas, sindicalistas revolucionárias e também pelo anarquismo, eram também um esforço de democratização da sociedade, porque muitas vezes as lutas não visavam somente melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas assegurar o direito à própria existência, ou seja, garantir condições mínimas de democracia e de civilidade nas quais o movimento e a

organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade. Foi também em virtude disso, além do reconhecimento da justiça de antigas reivindicações e dos direitos, que, mais tarde, a política varguista, ao atribuir ao sindicato um papel de interlocutor e colaborador do Estado, teve algum sucesso entre os trabalhadores e militantes, embora a reação à Lei de Sindicalização de 1931 tenha sido variada e complexa.

Em São Paulo, a atuação de militantes e trabalhadores italianos foi central nesse esforço de transformação política no período que vai da Primeira República à chamada Era Vargas. Esse foi um período importantíssimo para a formação de novos agentes políticos, os trabalhadores, que fizeram um esforço enorme de criar uma tradição de respeito ao trabalhador, e mesmo que as conquistas tenham sido pequenas e efêmeras, podemos afirmar que havia, no fim da Primeira República, uma figura do trabalhador brasileiro que lutava por seus direitos, o que não era pouco num país tão fortemente hierarquizado e tão pouco democrático como o nosso. Desse modo, não podemos compreender a conquista da legislação trabalhista nos anos 1930 fazendo tábula rasa de toda a luta dos trabalhadores no período anterior. Essa tradição de luta não foi destruída pelo projeto varguista, nem mesmo durante a ditadura do Estado Novo e, embora o Ministério do Trabalho tenha se tornado um concorrente das tendências mais radicais do movimento sindical, não houve uma subordinação completa dos trabalhadores, mesmo tendo havido um enquadramento.

É importante destacar aqui a multiplicidade das experiências e a pluralidade de expressões do movimento operário na Primeira República. Apesar da inegável força e influência dos grupos anarquistas e socialistas, algumas fontes muito importantes parecem confirmar a ideia de que o sindicalismo revolucionário teve um papel fundamental. A análise das resoluções dos principais congressos operários do período, dos jornais e documentos das federações e ligas operárias, entre outras fontes, torna evidente o fato de que o movimento operário foi, em vários momentos, muito mais sindicalista revolucionário que anarquista e, às vezes, mais sindicalista que revolucionário: vejamos alguns aspectos da atuação desses grupos.

Em 1892, um grupo de anarquistas italianos fundava em São Paulo o primeiro jornal libertário do país, *Gli Schiavi Bianchi* (Os Escravos Brancos). O diretor do jornal era o italiano Galileo Botti, que era também proprietário de um café na cidade de São Paulo e

tinha chegado ao Brasil dois anos antes, depois de uma experiência migratória na Argentina². O nome do jornal era uma clara referência às duras condições de vida e de trabalho dos milhares de trabalhadores imigrantes no Brasil, particularmente nas fazendas de café de São Paulo. A criação desse jornal se seguiu às manifestações organizadas pelo grupo por ocasião do Primeiro de Maio daquele ano.

Era o início de uma longa história de lutas, de violência e repressão: a polícia começou logo a perseguir esses propagandistas e, a pretexto de uma bomba que teria explodido na cidade, da qual nunca se verificou a procedência, prendeu, sem direito a processo algum, por nove meses, todos os militantes, cerca de dezoito³.

Muitas prisões arbitrárias ocorreram também em São Paulo em 1898, por ocasião do Primeiro de Maio e, em novembro, em comemorações recordando os mártires de Chicago. Nesse ano foi assassinado, durante uma manifestação, o primeiro militante anarquista no Brasil, o italiano Polinice Mattei.

Uma série de outros jornais em língua italiana, expressão de grupos anarquistas, foram publicados em São Paulo entre o fim do século XIX e o início do XX: *La Bestia Umana*, *L'Avvenire*, *Il Risveglio*, *La Nuova Gente*, *La Battaglia* e vários outros. Em português, mas frequentemente escrito por italianos, foram *Germinal*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, entre outros.

Ao criarem esses jornais, os anarquistas no Brasil seguiam os passos habituais dos militantes de outros países, mas também visavam criar uma experiência de informação alternativa em meio à grande imprensa e muitas vezes explicitamente em oposição a ela. Esses jornais não eram somente um veículo de propaganda, mas constituíam centros propulsores e coordenadores dos vários grupos no plano local, estadual e, às vezes, até nacional.

O jornal *O Amigo do Povo*, fundado em 1902, foi o primeiro jornal anarquista em São Paulo, em língua portuguesa, a ter uma publicação regular. Era vendido pelas ruas da cidade e também distribuído gratuitamente. Tinha também subscrição voluntária e

² Cf. BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Tesi di Laurea, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1994.

³ MOTA, Benjamim. Notas para a História – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e Hoje. *A Plebe*, 31-05-1919, p. 3-4. In: PINHEIRO, P.S.; HALL, M. *A Classe Operária no Brasil*. Documentos. v.1, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.23-4.

assinaturas e era mantido por “camaradas e simpatizantes”⁴. Nele escreviam o advogado português Neno Vasco, o brasileiro, também advogado, Benjamim Mota, além dos militantes italianos Alessandro Cerchiai, Oreste Ristori⁵, Giulio Sorelli⁶, Tobia Boni, Angelo Bandoni, Gigi Damiani⁷ e Augusto Donati. Outro militante ativo do grupo era o espanhol Juan Bautista Perez. Do Rio de Janeiro escreviam para o jornal Motta Assumpção, Manuel Moscoso, Matilde e Luigi Magrassi, mãe e filho, além de Elísio de Carvalho e Fábio Luz. O *Amigo do Povo* era distribuído também em alguns cafés e esquinas na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1904, Ristori e Cerchiai fundam o jornal *La Battaglia*, depois chamado *La Barricata*, o jornal anarquista mais fortemente antissindicalista, e o que teve maior difusão em São Paulo: chegou a ter uma tiragem de 5000 exemplares semanais, o que era muito não só para um jornal anarquista, mas para qualquer jornal da época.⁸

Luigi Damiani, conhecido como Gigi, talvez tenha sido o anarquista mais influente em São Paulo e outras partes do Brasil. Ele nasceu em Roma e aderiu muito jovem ao anarquismo. Quando veio para o Brasil, em 1897, já tinha conhecido a prisão e nela muitos outros militantes anarquistas. Trabalhou como pintor, dirigiu vários jornais e colaborou com outros, defendendo sempre a ideia de que os anarquistas deveriam fazer dos sindicatos mais um espaço para a propaganda libertária.

Eles e tantos outros anarquistas procuraram juntos difundir a ideia libertária entre os operários e outros, denunciando as condições de exploração dos trabalhadores nas fazendas de café e nas fábricas da cidade.

A polêmica que mais dividia os anarquistas no Brasil e no resto do mundo era se atuavam ou não nos sindicatos e como fazer isso. É interessante observar também este artigo de Gigi Damiani, que expressa bem a opinião de muitos anarquistas sobre os sindicatos, ligas e federações operárias:

⁴ Sobre esse jornal, ver TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo no início do século XX*. 1992. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992.

⁵ Sobre ele, ver ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

⁶ Sobre ele, ver TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁷ Ver BIONDI, Luigi. “*Non bevete la birra Antartica*”. Boa parte da longa e feliz vida do anarquista Luigi Damiani de Roma”, mimeo.

⁸ Ver BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*, *op.cit.*

No sindicato tem lugar para todo mundo: quem paga as quotas e faz greve quando há ordem, é sempre um bom companheiro, mesmo se é nacionalista e católico. No sindicato, a propaganda idealista é uma ofensa, uma violação aos direitos da barriga e à liberdade daqueles que não estão nem aí com a abolição do Estado e da propriedade capitalizada. Tudo o que não se refere às oito horas e aos dez centavos a mais deve ser recusado⁹.

O mesmo Damiani, em um relato escrito após sua expulsão do Brasil em 1919, considerou que o movimento sindicalista no Brasil nunca tinha tido “um programa que fosse tolerado ou aceito pelos anarquistas”¹⁰. Ele argumentou também que os anarquistas desenvolviam uma intensa atividade de propaganda, mas não a favor dos sindicatos que, pelo modo como eram organizados, os anarquistas consideravam um desvio e um desperdício de energias.

Em 20 de outubro de 1900, Alceste De Ambris, com Alcibiade Bertolotti e outros, participou da fundação e tornou-se o redator responsável do *Avanti!* de São Paulo. De Ambris tinha vindo ao Brasil em 1898, fugindo de uma condenação na Itália. O historiador italiano Renzo De Felice chegou a afirmar que foi Alceste De Ambris com o seu *Avanti!* que lançaram as bases do sindicalismo italiano no Brasil¹¹. Suas ideias e o seu apoio serviram de estímulo para muitos trabalhadores organizarem suas ligas e seus movimentos. De Ambris, nesse período, era um socialista, mas caminhava em direção a uma atuação mais sindicalista revolucionária.

Bertolotti tinha nascido em 28 de outubro de 1862 na Itália, em Vigatto, província de Parma, próximo da cidade de De Ambris. Era *geômetra*¹². Em 1902, um relatório da polícia de Parma declarava-o pessoa de caráter violento, o que na verdade a polícia italiana dizia de quase todos os militantes anarquistas, socialistas ou outros. Apresentavam-no, entretanto, como um trabalhador assíduo, tendo um emprego público em São Paulo. Na Itália, antes de vir para o Brasil, reunia-se frequentemente, segundo a polícia, com pessoas do seu grupo social para falar de política e também com operários e camponeses. Não teria, segundo o relatório, boas relações com os pais, por causa de suas

⁹ DAMIANI, Gigi. “Deviazioni e specializzazioni”. *La Barricata*, 07-011-1912, p. 2.

¹⁰ DAMIANI, Gigi. Il movimento sindacalista nel Brasil In: *I paesi nei quali non si deve emigrare – LA questione sociale nel Brasile*. Milano: Edizioni Umanità Nova, 1920, p. 31-36.

¹¹ DE FELICE, Renzo. *Sindacalismo rivoluzionario e fiumanesimo nel carteggio De Ambris-D'Annunzio*. Brescia, Morcelliana, 1966.

¹² Técnico em edificações.

escolhas políticas. Desde jovem era conhecido por suas ideias socialistas, que com o passar dos anos foram se acentuando sempre mais ¹³.

Antes de emigrar para o Brasil, tinha atuado politicamente com grande empenho e influência em Borgo San Domino e especialmente em S. Secondo Parmense, e em 1884 e 1885 tinha sido condenado por difamação e rebelião. Em 17 de fevereiro de 1891, tendo recebido um mandado de prisão por uma condenação a ele dada em 5 de julho de 1890, emigrou para a América do Sul, ficando em São Paulo, sendo mais um exemplo de militante que vem para o Brasil para evitar a prisão. A polícia italiana, que continuava a observá-lo aqui no Brasil, declarou que ele parecia exercer influência também entre os trabalhadores de São Paulo. Tendo militado já por muito tempo, tinha muitos amigos na Itália, bem como em outros países.

Os socialistas do *Avanti!* consideravam que era necessário formar associações econômicas que fossem desde as formas mais simples do socorro mútuo (contra doenças, desemprego) às associações de ofício (ligas de resistência, ligas de melhoramentos, sindicatos, etc.) isoladas ou unidas em federações de ofício ou em *camere del lavoro*; às associações de pequenos proprietários ou artesãos (para comprar matéria-prima, adubos, máquinas agrícolas, etc.), até as cooperativas de produção, que eles mesmos consideravam difícil construir no Brasil, mas que deveriam ser tentadas após a experiência com outros tipos de cooperativa, como de trabalho, de consumo (com a revenda de alimentos, roupas, instrumentos de trabalho), ou de consumo e produção parcial. Todo esse esforço de organização de vários tipos seria o antídoto contra a transformação do socialismo em um partido só de ação parlamentar.

A receita do *Avanti!* provinha das assinaturas, vendas e subscrições, mas já no início do jornal várias festas e concertos foram realizados em benefício dele, tanto na cidade de São Paulo como nas cidades do interior do estado, inaugurando a tradição da cidade de São Paulo como centro de referência para as várias organizações, de várias tendências, que iam se constituindo também no interior do estado. Alguns artistas de São Paulo se ofereceram para dar um concerto popular em benefício do *Avanti!* O jornal era

¹³ Nos documentos policiais, ele foi classificado, algumas vezes, como anarquista, mas parece que a polícia não estava muito preocupada com a precisão dos conceitos ao classificar os “subversivos”, uma vez que não há nenhum outro indício que indique que em algum momento Bertolotti tenha abandonado suas convicções socialistas para se aproximar do anarquismo.

vendido na Livraria italiana de Alcibiade Bertolotti no centro de São Paulo, no Caffè Garfagnana (de Silvio Fioravanti, imigrante da Garfagnana, região próxima a de De Ambris) e também era vendido por Domenico Torre, Carlo Matteucci, Giosuè Puccinelli, Giuseppe Ceruti, Pietro Senatori, Vincenzo Blotta, Antonio Amancio, Antonio Ruffort, Attilio Volpi, Giuseppe Pisa e Francisco Carvalho, todos socialistas. Segundo os redatores, o *Avanti!* chegava também nas fazendas, bem como nos subúrbios da cidade de São Paulo e nos pequenos centros urbanos do interior do estado. Quem fizesse a assinatura anual pagando adiantado ganhava um retrato de Marx. Observa-se aqui a amplidão da difusão do jornal, aspecto interessante dessa imprensa popular que procurava informar e difundir uma visão de mundo.

No final do ano de 1905, formou-se a Federação Operária de São Paulo, com forte inspiração no sindicalismo revolucionário. Seu secretário e principal militante por muitos anos foi o italiano Giulio Sorelli.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906, teve uma grande presença de anarquistas, assim como de socialistas e sindicalistas de várias partes do Brasil. Ele representou o primeiro grande esforço de construção de uma identidade entre os trabalhadores do país. Os anarquistas participaram amplamente dos debates realizados durante o congresso, mas uma análise detida das resoluções revela que nelas não há quase traço do anarquismo. A influência do sindicalismo revolucionário, doutrina que predominava na organização operária em São Paulo e que teve grande influência também no movimento operário do Rio de Janeiro, foi muito maior nesse congresso.

O sindicalismo revolucionário reunia algumas ideias anarquistas, como a negação do Estado centralizado e do partido, mas também ideias marxistas, como a da luta de classes, recusada pelos anarquistas como base da sua doutrina. A base do sindicalismo revolucionário como doutrina e prática política era a ideia de que o sindicato era o órgão necessário e suficiente para as conquistas imediatas e para a transformação da sociedade que, no futuro, seria gerida pelos trabalhadores através dos sindicatos ¹⁴. Para muitos

¹⁴ O fascismo se apresentou como herdeiro dessa tradição revolucionária ao criar o seu projeto corporativista. Essa questão é bastante complexa, sobretudo se considerarmos o fenômeno desconcertante da passagem de vários sindicalistas revolucionários ao fascismo. É claro, porém, que o fascismo instrumentalizou as ideias desse movimento, transformando-as em algo muito diferente do original. Sobre essas questões, ver TOLEDO,

anarquistas, ao contrário, o sindicato, embora fosse um meio importante de difusão dos ideais libertários, desapareceria na sociedade futura que desejavam construir. Apesar disso, vários anarquistas aderiram, na prática, ao sindicalismo revolucionário, sem preocupar-se com a coerência doutrinária.

Um dos objetivos centrais do sindicalismo revolucionário era amenizar o peso dos conflitos no interior do operariado. De fato, o primeiro tema a ser discutido e aprovado nesse primeiro congresso foi justamente a questão da neutralidade política das ligas de resistência e sindicatos. A neutralidade foi aprovada porque, segundo as palavras dos próprios participantes, “*o operariado se acha[va] extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária*”¹⁵. Por isso o congresso aconselhou as sociedades de resistência “*a pôr fora do sindicato as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa*”¹⁶. A Confederação Operária Brasileira, cuja criação resultou desse congresso, só admitia sindicatos cuja base essencial fosse a resistência no terreno econômico¹⁷. O Segundo Congresso Operário, realizado também na capital em 1913, reafirmou os princípios do sindicalismo revolucionário.

No Brasil, se a perspectiva de construção de uma sociedade mais justa, organizada pelos próprios trabalhadores, servia como esperança e estímulo, eram as preocupações concretas e imediatas que davam o tom do movimento na sua prática, na sua luta cotidiana. Os sindicatos não eram anarquistas, uma vez que eram abertos a todos os trabalhadores, fossem eles ligados a alguma corrente política ou não, e então havia nos sindicatos, atuando conjuntamente, sindicalistas revolucionários, anarquistas, socialistas e também outros trabalhadores que viam nele unicamente a possibilidade de associar-se para melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

¹⁵ Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In: PINHEIRO, P.S.; HALL, M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. v.1. O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 46-47.

¹⁶ PINHEIRO; HALL, *loc. cit.*

¹⁷ *Ibidem*, p.49.

Os grupos anarquistas, socialistas e sindicalistas, sobretudo através de seus jornais, mas também de comícios e manifestações, tiveram papéis importantes em vários momentos de luta dos trabalhadores na Primeira República, como na luta pela jornada de oito horas, nas campanhas contra a carestia de 1912-1913 e 1917-19, participando também das greves do período. Vamos analisar aqui três desses momentos importantes: a luta pelas oito horas em 1907, e as greves e manifestações de 1917.

O ano de 1907 foi marcado por inúmeros movimentos grevistas, desencadeados em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Recife, visando a diminuição da longuíssima jornada de trabalho à qual estavam submetidos os operários dos diferentes estabelecimentos, grandes e pequenos, de diferentes categorias. Essa onda de reivindicações pelas oito horas de trabalho foi, em grande parte, uma resposta dos trabalhadores ao apelo do congresso nacional realizado no ano anterior.

É claro que essas greves tinham o incentivo dos vários militantes anarquistas, socialistas e sindicalistas, mas elas foram decididas em assembléias das ligas dos trabalhadores e auxiliadas pelas federações. Não se pode dizer, portanto, que elas foram organizadas e lideradas por anarquistas, porque, como vimos, as ligas e federações eram compostas por muitos trabalhadores, e muitos não eram anarquistas. Era a polícia que atribuía todas as ações dos trabalhadores não a suas próprias iniciativas, mas aos “cabeças”. De fato, foram decretadas, após essas greves, 132 expulsões de trabalhadores estrangeiros. As prisões se encheram de trabalhadores, muitas vezes apanhados ao acaso¹⁸. É importante destacar também que nem todos os líderes, nem a maioria, eram anarquistas, embora os agentes da repressão assim os classificassem.

A luta pelas oito horas foi um movimento em cadeia. Os trabalhadores que primeiramente conseguiram transformar o movimento em uma greve geral foram os construtores de veículos de São Paulo. A luta durou cerca de um mês e numa reunião mista de proprietários e operários das fábricas de veículos, na qual interveio também o secretário da Federação Operária, Giulio Sorelli, foi sancionada a vitória da greve. A ela se seguiram as greves dos pedreiros, canteiros, pintores, marmoristas, trabalhadores da limpeza pública, encanadores, tipógrafos, funileiros, chapeleiros, metalúrgicos, tecelões, trabalhadores em

¹⁸ Cf. “Federação Operária de São Paulo. Aos Trabalhadores”. *Avanti!* 24-05-1907. In: PINHEIRO, P.S.; HALL, M. *Ibidem.*, p.64-66. O jornal socialista *Avanti!*, fundado em 1900, foi uma referência importante para os trabalhadores de São Paulo nos doze anos em que foi publicado.

madeira, passamaneiros e trabalhadores em massas. Na maioria das categorias, a greve foi geral e simultânea, enquanto em outras foi por estabelecimento.

Conseguiram as oito horas os construtores de veículos, os pedreiros, os trabalhadores em madeira, em passamanarias, os chapeleiros, os canteiros, os encanadores, os pintores e os marmoristas. Os outros conseguiram diminuir a jornada, mas não para oito horas. Os metalúrgicos conseguiram o horário de oito horas em algumas oficinas, mas não em outras. Entre outros grupos de trabalhadores houve tentativas de organizar greves, como os tiradores de areia, os fabricantes de perfumes e sabonetes, os alfaiates, os barbeiros e cabeleireiros, os cesteiros, vassoureiros, trabalhadores de cafés, confeitarias, restaurantes e hotéis. Esses dois últimos conseguiram melhorias mediante a ameaça de realizar o movimento. Todas essas categorias realizaram suas reuniões na sede da Federação Operária, a FOSP, localizada na Travessa da Sé. Ali discutiam animadamente sobre o tema das oito horas, dos salários e da resistência aos patrões ¹⁹.

A repressão contra a Federação Operária foi brutal: policiais armados invadiram a sede, prenderam o secretário, Giulio Sorelli, que permaneceu treze dias na cadeia, e mais vinte trabalhadores que ali estavam reunidos ²⁰. Foram também apreendidos móveis e livros da sede e não foram mais devolvidos, apesar dos inúmeros requerimentos enviados às autoridades policiais, nos quais se solicitava também a garantia do direito de reunião. Essa repressão abalou certamente o movimento. Mesmo assim, formou-se uma nova comissão, visto que os membros da primeira estavam todos presos, que começou a se reunir secretamente em casas de amigos e companheiros, enquanto os grevistas realizavam suas reuniões nas matas dos arredores da cidade e nos parques.

As fontes documentais sobre esse momento, em São Paulo, deixam clara a existência de três tendências entre os anarquistas. Há aqueles, como o italiano Oreste Ristori, contrários a todos os tipos de sindicatos, por considerá-los irremediavelmente reformistas. Ristori sofreu também, junto com Sorelli, um processo de expulsão, por ter escrito um folheto contra a imigração para o Brasil. Há aqueles que, inspirados em Malatesta, reconhecem o sindicato como espaço privilegiado da propaganda anarquista,

¹⁹ Cf. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Brasil. *Processo de expulsão de Giulio Sorelli*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, IJJ7, n.179.

²⁰ As greves e a repressão foram descritas minuciosamente pelo jornal socialista *Avanti!* Ver *Avanti!* 15-05-1907, p.1; 16-05-1907, p.1 e “Agli operai, ai compagni, agli amici” *Avanti!* 27-05-1907, p.2 e outros.

mas recusam a neutralidade política do sindicato. Esses reuniam-se em torno do jornal *A Terra Livre*. E, finalmente, aqueles como Sorelli, que argumentavam que no Brasil daquele momento era possível ser anarquista somente na teoria, mas não na prática, e que a revolução não estava próxima o bastante para que se deixasse de lutar para tornar menos dura a vida dos trabalhadores. Assim, estes últimos abraçam, na teoria e na prática, a causa do sindicalismo revolucionário, criticam a ideia anarquista da greve como ginástica revolucionária e se preocupam com as reivindicações concretas.

Anos mais tarde, em 1917, o maior jornal da comunidade italiana de São Paulo, o *Fanfulla*, anunciou o desaparecimento e depois a prisão de Giulio Sorelli. Sorelli, que tinha sido secretário da Federação Operária por muito tempo, em 1917 não era mais um líder, mas somente mais um grevista, como empregado do Liceu de Artes e Ofícios, mas a polícia continuava atribuindo à ação de alguns militantes as manifestações de insatisfação dos trabalhadores. A polícia frequentemente argumentava que agitadores, quase sempre estrangeiros, tentavam semear a agitação entre os bons e honestos trabalhadores.

As greves do período 1917-1919 ocorreram, na verdade, em virtude da organização dos próprios trabalhadores, mas contaram com a participação de líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país. Verdadeiras multidões saíram às ruas para protestar e reivindicar. Manifestações quase diárias ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo, contra o alto custo de vida, a falta de regulamentação do trabalho de mulheres e crianças e outros tantos problemas que afligiam a vida dos trabalhadores.

Em São Paulo, os anarquistas, através de seus grupos e seus jornais, *A Plebe*, dirigido por Leuenroth e *Guerra Sociale*, por Damiani e Cerchiai, aliaram-se às greves e manifestações de trabalhadores realizadas em 1917, cujo auge ocorreu em julho, quando uma grande greve paralisou a cidade por vários dias. Os anarquistas auxiliaram os operários e participaram das negociações com empresários e o Estado, como membros do Comitê de Defesa Proletária, junto com socialistas e outros.

Em São Paulo, algumas ligas operárias reuniram-se, durante o movimento, na sede do Centro Libertário. A maioria dos trabalhadores, porém, preferia reunir-se na sede do *Centro Socialista Internazionale* e outros círculos socialistas, que contavam com a

presença de velhos sindicalistas da FOSP, e nas várias ligas operárias de bairro ²¹. Nas diretorias das ligas operárias ainda predominavam as lideranças sindicalistas revolucionárias, embora os principais oradores dos comícios realizados durante a greve tenham sido dois socialistas, Teodoro Monicelli e Giuseppe Sgai, este também um sindicalista importante, e dois anarquistas, Leuenroth e Candeias Duarte.

As reivindicações dos trabalhadores levadas pelo comitê eram: jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e do custo dos bens de consumo básicos, o respeito ao direito de sindicalização, a libertação dos trabalhadores presos e a recontração de todos os grevistas ²². Essas reivindicações expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores e exigiam a ação tanto do Estado como dos empregadores. Esse esforço de negociação com o Estado é uma demonstração de que a greve de 1917 foi uma greve operária, ligada mais ao movimento sindical do que às organizações anarquistas, embora os libertários tenham participado dela intensamente.

A repressão policial às manifestações foi brutal: as prisões se encheram de trabalhadores real ou supostamente anarquistas, as organizações dos trabalhadores foram impedidas de funcionar, suas casas foram invadidas, reuniões foram violentamente interrompidas. Apesar de tudo, o movimento continuou. Embora os resultados das ações dos trabalhadores tenham sido parciais, elas mobilizaram uma organização sem precedentes dos trabalhadores tanto no Rio como em São Paulo. O Estado brasileiro e os empresários, porém, continuavam apostando na repressão, e não nas reformas, para resolver a questão social. Os esforços das autoridades públicas foram no sentido de esmagar a crescente organização operária e suas ligas, sindicatos e federações. As prisões foram inúmeras e muitos estrangeiros anarquistas, socialistas e outros foram deportados, particularmente em São Paulo. Também em São Paulo, os movimentos custaram a vida de muitos trabalhadores, talvez duzentos, segundo dados da época ²³.

²¹ Cf. BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917: considerações sobre o seu desenvolvimento. In: *Entre associações étnicas e de classe*. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). Tese de Doutorado, Campinas, Universidade de Campinas, 2002.

²² MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 133.

²³ Segundo investigação realizada pelo jornal italiano *Fanfulla*.

Em 1919, no entanto, o movimento operário no Brasil entra na sua fase mais intensa até então, com uma enorme onda de greves. Muitas das reivindicações continuaram sendo as mesmas de 1917 e as características gerais do movimento eram similares. O sindicalismo tinha se fortalecido muito com os movimentos dos anos anteriores. Mesmo a repressão feroz que atinge o movimento a partir de 1917 e adentra a década de 1920 não impediu que os trabalhadores continuassem a se organizar em ligas, sindicatos e grupos políticos. Embora tenha havido outras manifestações importantes ainda durante a Primeira República, as greves não atingiram mais a dimensão das realizadas naqueles anos entre 1917 e 1919²⁴. Por isso tantos estudiosos consideram que as greves de 1919 representaram o fim dessa fase da história do movimento operário no Brasil.

Uma série de fatores foi importante e explica a intensidade da agitação dos trabalhadores nesses anos entre 1917 e 1920: o agravamento das condições de vida e de trabalho em virtude da Primeira Guerra Mundial; a propaganda desenvolvida pelas várias lideranças anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionárias; as atividades concretas de organização da classe trabalhadora com a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações e a conjuntura internacional marcada pela Revolução Russa e por uma onda revolucionária que atingiu a Europa.

O ano de 1920 pode ser indicado como a data em que se inicia o declínio do anarquismo no Brasil. Isso se deveu, em parte, à ampliação dos debates no movimento operário sobre os acontecimentos na União Soviética, iniciando-se a separação entre anarquistas e comunistas. Parte das lideranças acabaria por negar as concepções libertárias e, de fato, o partido comunista foi fundado no Brasil em 1922 por um grupo cuja maioria era formada por ex-anarquistas.

A censura e a repressão também fizeram parte desse contexto. A propaganda de esquerda sofreu um golpe duro com uma lei de repressão e controle da imprensa promulgada em 1921. A lei procurava restringir a ação da propaganda subversiva por escrito ou verbal²⁵. Em 1924, uma repressão violenta atinge o movimento operário e vários

²⁴ Cf. PINHEIRO, P.S.; HALL, M., *op.cit.*, p.238.

²⁵ Decreto n.4269 de 17 de janeiro de 1921 In: *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1921 (v.1 – Atos do Poder Legislativo)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. In: LEAL, Cláudia F. Baeta, *op. cit.*

militantes, anarquistas e outros são enviados para o campo de concentração da Clevelândia, no Oiapoque, onde nos anos seguintes muitos morreriam.

No entanto, apesar da repressão e da concorrência dos comunistas, no plano sindical, o sindicalismo revolucionário, do qual participavam também alguns anarquistas, desempenhou um papel importante no movimento operário brasileiro, mesmo nos anos 1920 e parte dos anos 1930, em defesa da unidade e da autonomia da classe trabalhadora. Ainda em 1931, por exemplo, um relatório policial destacava o caráter sindicalista revolucionário da Federação Operária de São Paulo ²⁶.

Os grupos propriamente anarquistas diminuíram em número e consistência, assim como aconteceu no mesmo período em todo o mundo, com exceção da Espanha. Em 1931, o próprio Oreste Ristori, um dos anarquistas mais atuantes e mais combativos do Brasil, já havia abandonado as ideias libertárias e passado a conviver com intelectuais, artistas e estudantes ligados ao PCB ²⁷.

Agora passarei à questão da experiência dos trabalhadores nos anos 1930, o que de algum modo se conecta com um dos fenômenos mais intrigantes da história do movimento operário internacional, que foi a passagem de vários sindicalistas revolucionários ao governo fascista de Mussolini e a participação ativa deles na idealização e na organização do sindicalismo fascista. As explicações dos historiadores para esse fenômeno são as mais variadas, não existindo, portanto, um consenso analítico, e vão do oportunismo puro e simples, ao esforço de salvar o "salvável", à fé na ideia de que o que realmente importava era a unidade da classe trabalhadora, entre outras interpretações. Para vários autores, ao menos nos anos iniciais do regime, na Itália, essa estranha passagem deveu-se a uma incerteza em relação à natureza da "revolução" que se efetivara e a uma esperança em uma virada à esquerda, que nunca aconteceu, mas que o fascismo nunca deixou de anunciar ²⁸.

Vários indícios apontam para a existência de um fenômeno histórico semelhante no Brasil no momento da implantação do governo Vargas em 1930. De fato, em

²⁶ Carta de Antonio Ghioffi ao Dr. Ignacio da Costa Ferreira. Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 10-06-1931. Federação Operária de São Paulo (FOSP), Prontuário n. 716, v. 2, Arquivo do Estado de São Paulo, Delegacia de Ordem Política e Social (AESP, DOPS).

²⁷ Cf. ROMANI, Carlo, *op.cit.*, p. 267.

²⁸ Ver sobre essa questão as importantes reflexões de Antonio Cândido em *Teresina e seus amigos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Entre os historiadores italianos, ver Alberto Aquarone, Giulio Sapelli, Alberto De Bernardi, Leonardo Rapone e Renzo De Felice, entre outros.

1931, até mesmo o militante anarquista italiano Nello Garavini, que trabalhava como garçom no Brasil, escrevia a seu companheiro de luta Luigi Fabbri, então exilado no Uruguai, que ainda não havia compreendido a natureza da revolução que tinha ocorrido no nosso país²⁹. Essa incerteza era alimentada pela heterogeneidade das forças e das propostas que levaram Vargas ao poder, dos vários projetos em disputa e das ambiguidades e oscilações que caracterizaram grande parte da Era Vargas, por ser Vargas uma espécie de fórmula conciliatória entre um velho e um novo Brasil.

No caso do Brasil, a intervenção direta do poder público, no esforço de conter os conflitos entre capital e trabalho, materializou-se na Lei de Sindicalização de março de 1931, cuja elaboração resultou do trabalho de homens como o advogado Evaristo de Moraes e do sindicalista Joaquim Pimenta, homens, ao menos até então, identificados com os interesses dos trabalhadores. Essa lei, entre outras medidas, estabeleceu, como se sabe, a unidade sindical por categoria e proibiu a propaganda política e religiosa no interior das organizações.

Em São Paulo, nesse momento, a corrente política que predominava nos sindicatos e na Federação Operária, criada em 1905, não era nem a anarquista nem a comunista, mas a sindicalista revolucionária, como pudemos observar numa série variada de fontes (TOLEDO, 2004) e como se lê neste relatório policial escrito em junho daquele ano de 1931:

[...] Chegam alguns a fazer do sindicalismo um verdadeiro corpo de doutrinas que, em tese, tem a seguinte expressão doutrinária: todo o poder aos sindicatos. Este doutrinário sindicalista é muito discutido pelos anarquistas negativistas do valor efetivo do sindicalismo como doutrina específica que basta a si própria [...] Os sindicalistas concebem, com os anarco-sindicalistas, o sindicalismo como uma doutrina social definida, e são os que constituem atualmente a maioria no campo operário. [...] A FOSP é uma continuação histórica do movimento operário do Estado e foi criada pelos sindicalistas e anarco-sindicalistas há mais de 25 anos, tendo já realizado três conferências operárias estaduais. Mantém essa Federação o critério histórico do sindicalismo, a concepção apolítica, isto é antipolítica. Em seu seio agrupam-se todas as tendências e todos os

²⁹ Acervo pessoal de Giordana Garavini, Castelbolognese, Itália. Giordana Garavini obteve cópias das cartas enviadas por seu pai ao amigo, com a filha de Luigi Fabbri, Luce.

credos, não aceitando o predomínio de nenhuma tendência e de nenhum credo. A sua linha é de ação essencialmente econômica³⁰.

Na avaliação do policial, nessa carta enviada ao delegado de Ordem Social, era justamente o fato de os sindicatos em São Paulo não serem predominantemente controlados por anarquistas ou por comunistas, mas sim por sindicalistas revolucionários, que os fazia mais predispostos a aceitar o projeto do governo. Isso porque os sindicatos controlados pelos sindicalistas revolucionários tinham como princípio o ingresso de todos os trabalhadores, de qualquer tendência política, nas agremiações operárias, o que exigia que o sindicato não aderisse a nenhuma corrente política específica, a nenhum partido ou religião, de modo que todos os trabalhadores pudessem aceitá-la. Era um claro esforço de atenuar o peso dos conflitos políticos e religiosos que dividiam os trabalhadores. Então, o fato de esses sindicatos se concentrarem na luta econômica, de fazerem um constante apelo à unidade da classe e de declararem um “apoliticismo”, em termos de não-adesão a um partido ou corrente específica, foi compreendido pelo governo Vargas como um fator positivo no esforço de efetivação de seu projeto sindical, como se lê claramente ainda nas linhas do relatório policial segundo o qual embora os comunistas, desde a fundação do partido, procurassem conquistar a hegemonia em meio ao proletariado, isso era dificultado

[...] em grande parte por uma tática inteligente desenvolvida pela Delegacia de Ordem Social que, aproveitando a posição ideológica das correntes predominantes no seio do proletariado militante, fez com que prevalecesse o critério apolítico nas organizações que, apesar de discutido com os seus mentores, teoricamente estão, quer queiram quer não, de acordo com o apoliticismo da lei de sindicalização do Ministério do Trabalho. Esta tática produziu os melhores resultados, trazendo conseqüentemente uma sensível divisão nas diversas facções sindicais existentes. Estabeleceu-se assim abertamente a guerra de tendências, a guerra de escolas dentro dos quadros do sindicalismo político e antipolítico [...] o predomínio resultou a favor do pensamento apolítico³¹.

Nesse sentido, é interessante refletir sobre como o governo de Mussolini e o de Vargas vão instrumentalizar as ideias do sindicalismo revolucionário, que precedeu seus esforços de organização sindical. Esse fenômeno levou alguns historiadores a considerar o

³⁰ Carta de Antonio Ghioffi ao Dr. Ignacio da Costa Ferreira. Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 10-06-1931. Federação Operária de São Paulo (FOSP), Prontuário n. 716, v. 2, Arquivo do Estado de São Paulo, Delegacia de Ordem Política e Social (AESP, DOPS).

³¹ Idem.

sindicalismo revolucionário um inspirador dos fascismos, ou mesmo a enquadrá-lo como uma espécie de pré-fascismo mais ou menos inconsciente. Os trabalhos do historiador israelense Zeev Sternhell, talvez o exemplo mais radical dessa leitura, considera que, ao substituir o modelo marxista de luta de classes com o de corporações, o que seria uma solução integral da questão social e da questão nacional, o sindicalismo revolucionário teria inspirado o fascismo (STERNHELL, 1989) ³².

É certo que fascismo e varguismo não podem ser entendidos somente por discursos separados de suas práticas e suas práticas corporativistas foram mais um esforço de superação do sindicalismo que de sua aplicação. Porém, há muitas questões complexas, que devem ser investigadas, sobre a relação desses governos autoritários com as ideias dos sindicalistas que os precederam. Isso tem relação com a autorrepresentação do fascismo e do varguismo, mas também com a forma como os contemporâneos os viram.

Nos duros anos que separaram as duas grandes guerras mundiais, o fenômeno fascista e também o varguista, nas múltiplas facetas que os caracterizaram, apresentaram-se e assim foram vistos por grande parte dos contemporâneos, tanto os que os apoiavam quanto os que a eles se opunham, como uma “terceira via”, que se contrapunha tanto aos sistemas, culturas, ideologias, práticas políticas e instituições que se reconheciam nos princípios do liberalismo e da democracia, quanto aos da tradição socialista e da nova realidade soviética (SANTOMASSIMO, 2006), o que pode ser observado em variadas fontes documentais.

No caso tanto do fascismo italiano quanto do varguismo, para que eles fossem percebidos e vividos dessa maneira, ou seja, como uma alternativa real entre a direita e a esquerda, entre o capitalismo e o socialismo, um dos elementos mais importantes foi certamente o mito do corporativismo, isto é, a proposta de uma substituição radical da representação política ³³ com a representação do mundo produtivo, do trabalho, o que parecia a resposta e a saída para uma sociedade que não podia mais se basear nos princípios

³² Ver também PINTO, Antonio Costa. “A ideologia do fascismo revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos”. *Revista Ler História*, n. 6, 1985. A obra de Sternhell tende a destacar as contribuições de famílias ideológicas não tradicionalmente associadas ao fascismo, como o socialismo e o sindicalismo revolucionário. Ele estabelece uma separação entre fascismo e a direita conservadora, destacando o caráter revolucionário da sua ideologia e prática política e a sua origem de “esquerda”. Vários autores, como Jacques Julliard e Leonardo Rapone, consideram as teorias de Sternhell inaceitáveis.

³³ O que reeditava, em parte, o antiparlamentarismo e a antipolítica que estavam presentes em vários dos movimentos do período anterior.

liberais, mas que temia a solução socialista, ainda que a organização sindical que eles postulavam tenha permanecido, em parte, no terreno da potencialidade, com uma distância considerável entre palavras e fatos.

Parte da historiografia italiana e americana sobre o fascismo considera Edmondo Rossoni, militante que viveu também em São Paulo e que é o mais importante caso da passagem do sindicalismo revolucionário ao fascismo, como representante do que se convencionou chamar de “esquerda fascista” e acredita na convicção sincera dele e de outros de que o corporativismo representasse uma possibilidade efetiva de superação do capitalismo, ou como vimos, uma terceira via plausível entre coletivismo e individualismo liberal. Os socialistas mais realistas, segundo essa lógica, teriam a tarefa de pressionar, no interior do regime, para que a situação se desenrolasse em direção a uma economia organizada com base corporativa e com fortes conotações socialistas³⁴.

Sabemos que, no Brasil, a reação dos trabalhadores à Lei de Sindicalização foi inicialmente, no conjunto, negativa, pois várias correntes temiam a perda da liberdade e o atrelamento ao Estado. Entretanto, segundo os trabalhos de Angela de Castro Gomes e outros autores, essa avaliação não pode ser generalizada, pois houve setores do movimento operário que viram com interesse a proposta do governo, considerando que ela garantiria a negociação com um patronato pouco disposto a negociar. Outros, embora temerosos, a aceitaram por considerá-la inevitável. Outros, é claro, a recusaram inteiramente. Mas nos anos seguintes, particularmente em 1933 e 1934, centenas de sindicatos se tornaram legais para tentar garantir o direito anunciado pela legislação trabalhista e previdenciária e para poder eleger deputados classistas para a Assembleia Constituinte, e as lutas se endereçaram ao esforço de fazer cumprir as leis. A derrota parcial do governo na Constituinte, porém, que o obrigou a fazer mudanças na Lei de Sindicalização, dando maior autonomia aos sindicatos, anunciou um período de avanço da organização sindical. Em 1933, a FOSP organizava 11 sindicatos a ela filiados. No fim dos anos 30 as fontes apontam a existência

³⁴ Cf. SANTOMASSIMO, G. *Op. cit.*, p. 99. No início do regime fascista, seguindo essa lógica, a virada mais clamorosa foi a de Angelo Oliviero Olivetti, importante sindicalista revolucionário que se rendeu ao fascismo no início de 1923. Olivetti considerava que o fascismo era um fato e que era necessário enfrentá-lo de dentro, não de fora, e que só o sindicalismo poderia dar vitalidade ao fascismo. Olivetti argumentava também, porém, que a nação era superior às classes. De um sindicalismo revolucionário, portanto, que pretendia transformar radicalmente a estrutura social, passou-se a esse sindicalismo nacional que se transformará no chamado corporativismo fascista. Cf. FURIOZZI, G. B. *Il Sindacalismo Rivoluzionario italiano*, Milão: Mursia, 1977, p.76.

de mais de 50 sindicatos na cidade de São Paulo: o Sindicato dos artífices em madeira, dos trabalhadores de granito e mármore, dos chapeleiros, ferroviários, operários macarroneiros, costureiras e bordadeiras, dos vidreiros, operários de fiação e tecelagem, sapateiros, gráficos, trabalhadores das indústrias de óleos, de bebidas, de calçados, dos trabalhadores da Light, entre vários outros. Nas listas de nomes das diretorias desses sindicatos observa-se uma significativa predominância de sobrenomes estrangeiros, particularmente italianos. Quando declaram nacionalidade aparecem como brasileiros, portanto, filhos e/ou netos de imigrantes.

Em 1933, um socialista italiano muito ativo nos sindicatos em São Paulo desde os anos 1910, Bruno Fosco Pardini, escrevendo de Poços de Caldas para São Paulo, cidade onde vivia a também socialista Teresina Carini Rocchi, que tinha sido militante em São Paulo e amiga de De Ambris e vários outros, lamentou-se da dura repressão e da ausência de direitos trabalhistas na Primeira República e afirmou:

E o que almejavam, o que queriam os operários daquelles tristes tempos? Simplesmente aquillo que, pacificamente, lhes deu a Revolução triunfante de 1930, que integrou, enfim, as classes trabalhadoras – base da grandeza da Nacionalidade e da construção da Patria – nos direitos que lhes assegura a Legislação de todos os povos cultos. Já existiam há alguns anos as leis de férias e acidentes de trabalho, mas eram simulacros. Os patrões obstaculavam a primeira, e a segunda só favorecia mais os patrões e as companhias de seguro. Hoje, com o Ministério do Trabalho – uma das mais bellas realizações da Revolução – as azas dessa ave de rapina, que é o capitalismo e a burguezia, foram paradas convenientemente. Já se nota mais moralidade e humanidade.³⁵

O esforço do governo no controle do movimento operário e no apaziguamento dos conflitos de classe tinha sido parcialmente vitorioso. É só em 1935, com a Lei de Segurança, que a intervenção contra os sindicatos e os sindicalistas se torna mais incisiva e violenta. Ainda em 1936, porém, Alceu Amoroso Lima, principal representante do catolicismo social no Brasil, ao defender seu projeto de organização dos trabalhadores dentro dos princípios católicos, considerava a organização sindical montada pelo regime varguista tão prejudicial aos interesses católicos quanto o sindicalismo revolucionário e o

³⁵ Recurso apresentado ao Exmo. Snr. General Waldomiro Castilho de Lima, D.D. Interventor Federal no Estado de São Paulo. Recorrente: Fosco Pardini, pelo advogado Angelo Estevam Giusti São Paulo, 11 de Abril de 1933.

comunismo e acreditava, conforme denunciava no jornal *A Ordem*, que eram os “sindicatos oficiais e oficiosos, secretamente *manejados pelos sindicalistas revolucionários, que desde 1930 operam na sombra*, dentro ou fora do Ministério do Trabalho” (apud ARDUINI, 2009) ³⁶.

No caso da cidade de São Paulo, pode-se perceber que a passagem de um sindicalismo autônomo e revolucionário para a experiência de sindicatos controlados foi permeada e mediada por um conjunto de ideias e questões que vinham da experiência anterior, em grande medida ligada ao sindicalismo revolucionário, que vinha defendendo nas décadas anteriores a necessidade da luta sindical reformista e não associada a nenhuma corrente política específica, de modo que todos os trabalhadores pudessem se identificar com ela. Percebem-se, então, elementos de continuidade histórica do movimento dos trabalhadores, o que aponta para uma ideia não de ruptura total na passagem para o governo Vargas, mas para a existência de uma tradição de luta do movimento que não foi completamente destruída, embora seus espaços de ação tenham diminuído substancialmente, mas com a qual o projeto do governo varguista teve que se confrontar e negociar, como indica o relatório policial apresentado inicialmente.

³⁶ LIMA, Alceu Amoroso. Em face do comunismo. *A Ordem*, mar/1936, p. 256 (grifos meus)